

FÓRUM INTERINSTITUCIONAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DO ESTADO DO PARÁ – FIPEI.¹

Autor **João Carlos de Araújo Júnior**

Graduando de Licenciatura Plena em Pedagogia

Universidade do Estado do Pará – UEPA, joaocarlos2327@gmail.com

Orientadora **Terezinha Sirley Ribeiro Sousa**

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Universidade do Estado do Pará – UEPA, terezinha.sirley@bol.com.br

Resumo: Desde o princípio da humanidade que as pessoas com deficiência recebiam tratamentos distintos, as que desvirtuavam dos padrões sociais ditos “normais” sofriam discriminações e eram vítimas de preconceitos atribuídos pela sociedade, sendo rejeitados e até sacrificados. A discussão sobre a educação especial vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos por profissionais envolvidos com a educação e áreas afins. A educação especial constitui um sério desafio, e muitos caminhos tem sido seguido em busca de melhores condições de trabalho e capacitação para o professor, de acesso e permanência para as pessoas com deficiência e outras necessidades especiais e apoio e esclarecimento a seus familiares. O Fórum Interinstitucional Permanente de educação especial busca aprimorar o conhecimento na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva junto à professores, gestores e técnicos no município de São Miguel do Guamá.

Palavras-Chave: Fórum. Educação Especial. Educação Inclusiva. Formação de Professores.

1. Introdução

Desde o princípio da humanidade que as pessoas com deficiência recebiam tratamentos distintos, as que desvirtuavam dos padrões sociais ditos “normais” sofriam discriminações e eram vítimas de preconceitos atribuídos pela sociedade, sendo rejeitados e até sacrificados. A discussão sobre a educação especial vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos por profissionais envolvidos com a educação e áreas afins.

A educação especial constitui um sério desafio, e muitos caminhos tem sido seguido em busca de melhores condições de trabalho e capacitação para o professor, de acesso e permanência para as pessoas com deficiência e outras necessidades especiais e apoio e esclarecimento a seus familiares.

Para Mantoan(2011) a proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial.

¹ Esse trabalho é um projeto de Extensão.

Atualmente nos deparamos com a inclusão deste aluno na escola regular, o que preceitua uma reorganização no espaço escolar, na formação do professor, na metodologia, nos recursos, na avaliação, com vistas à acessibilidade e apreensão de conhecimentos pelos alunos da educação especial.

Martins (2011) reitera que diferentemente do modelo anterior, denominado integrativo, em que o ensino em geral era direcionado para um modelo idealizado de educando, no modelo inclusivo o ensino é orientado para o aluno real e a classe regular é um ambiente onde a heterogeneidade e a diversidade deve ser levada em consideração.

A discussão sobre a educação especial vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos por profissionais envolvidos com a educação e áreas afins. Na busca de respostas para tantas perguntas que se originam na mentalidade humana, a educação especial com a Declaração de Salamanca (1994), começou a ter uma atenção maior pelo governo brasileiro, seja na busca da valorização profissional, quanto na preocupação pela aquisição de conhecimento do aluno, visando construir uma educação humanizadora.

Considerando que desde o princípio da humanidade as pessoas com deficiência recebiam tratamentos distintos; as que não tinham padrões sociais ditos normais sofriam discriminações e eram vítimas de preconceitos atribuídos pela sociedade, sendo rejeitados, perseguidos e até mesmo sacrificados. E a educação dessas pessoas tem sofrido transformações significativas capazes de reconhecer o direito de acesso e permanência nas escolas regulares. Isso tem mobilizado profissionais e pesquisadores dessa modalidade de educação a empreenderem estudos constantes a fim de desafiar a escola e a sociedade a incluir todos os alunos que se encontram fora dela. Para que isso aconteça é preciso investir na formação inicial e continuada de professores.

Sendo assim, o Fórum Interinstitucional Permanente de Educação Especial e Inclusiva do Estado do Pará - FIPEI - busca aprimorar o conhecimento na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva junto à professores, gestores e técnicos em São Miguel do Guamá. O FIPEI conta com o apoio da Pro reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará.

2. Fórum Interinstitucional Permanente de Educação Especial e Inclusiva do Estado do Pará – FIPEI.

O surgimento do Fórum Interinstitucional Permanente de Educação Especial e Inclusiva do Estado do Pará – FIPEI - se dá a partir da necessidade de um espaço para troca de experiências entre professores e alunos da Universidade do Estado do Pará, bem como professores e gestores das

escolas das redes públicas e privadas de educação básica do município de São Miguel do Guamá, onde este fórum surgiu com vistas a inovar as práticas pedagógicas dando novo rumo ao processo ensino aprendizagem de alunos com diferenças em seu desenvolvimento, currículos flexíveis que permitem adaptações para atender às necessidades educacionais especiais apresentadas por alunos com deficiência e sem deficiência, ênfase nas leis e dispositivos da inclusão escolar, comunicação aumentativa e alternativa, língua brasileira de sinais, braile.

Sendo assim, este fórum será um espaço de aprimoramento profissional capaz de elevar e expandir o conhecimento científico elaborado dentro da universidade na área da educação especial/inclusiva, tanto para a comunidade acadêmica do Campus da Uepa/São Miguel, quanto para aqueles que estão no seu entorno e se interessam pelo novo campo de atuação da Educação Especial.

O FIPEI inicialmente tinha o propósito de ajudar no desenvolvimento da educação especial no município de São Miguel do Guamá, porém, no decorrer dos encontros realizados por meio dos fóruns de educação especial, foi percebido o quanto havia pouca ou nenhuma oferta de disciplina que abordasse o tema da Educação Especial nos currículos dos cursos de Pedagogia de onde um número significativo de docentes que atuam nas escolas são egressos. Isto resulta numa formação de professores sem preparo para lidar com a diversidade dentro das salas de aula. O FIPEI conta com o apoio da Pro Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará que vem proporcionando através de suas ações esse espaço formal de formação inicial e continuada aos professores da rede regular de ensino do município de São Miguel do Pará.

Desse modo, o Fórum Interinstitucional Permanente de Educação Especial e Inclusiva do Estado do Pará, traçou alguns objetivos com vistas a entender o processo da inclusão na escola regular; a formação continuada de professores; aprimorar os serviços de Educação Especial existentes no município procurando estabelecer o diálogo entre todos os níveis escolares que vai desde a educação infantil à universidade, uma vez que a inclusão não é tarefa exclusiva da Educação Especial, capacitar os professores, e demais profissionais que atuam e queiram atuar junto à pessoa que apresenta deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que se encontram incluídas nas escolas regulares de São Miguel do Guamá.

O FIPEI, através de palestras, oficinas, minicursos, congressos etc, busca ampliar os conhecimentos sobre a Educação Especial na escola inclusiva do município de São Miguel do

Guamá – Pará, procurando promover caminhos para a efetivação da Educação Especial na rede pública e privada de ensino nesta cidade, seja desde a Educação Infantil até ao Ensino Superior.

Nessa realidade, nasceu o I Encontro Regional de Educação Especial Guamaense (I EREEG) – realizado dos dias 17 a 20 de dezembro de 2015, juntamente com o I natal solidário -, que visava colocar em debate a educação especial e a inclusão, mostrando caminhos para a efetivação da educação especial e inclusão, dentro e fora do contexto escolar formal em todo o território paraense.

Mensalmente são realizados os Fóruns de Educação Especial, espaços abertos para discussões acerca da educação especial e da inclusão. Percebe-se que no município de São Miguel do Guamá – PA, existe um número razoável de profissionais da educação voltado à Educação Especial, seja em sua formação docente, quanto em sua atuação nos espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, muitos desses profissionais, que são pedagogos, psicopedagogos e especialistas em educação especial, teoricamente sabem como devem atuar na educação especial, porém, na prática é evidenciado um distanciamento do que aprenderam, quer por não possuírem materiais, quer por falta de vontade e interesse.

É ainda SARTORETTO(2011) quem adverte que

o argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo álibi para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. E uma verdadeira preparação começa com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais. Nesse processo, a responsabilidade é de todos – pais, diretores, supervisores, orientadores educacionais, professores, alunos – e principalmente, das autoridades responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais (p.79).

Resultados e Discussão

O FIPEI, almeja obter o surgimento de novos grupos de pesquisa; TCCs, novas linhas de pesquisas, uma reforma curricular da graduação e do ensino universitário e formação de professores.

Impacto na aprendizagem dos alunos que apresentam deficiência, pois um professor bem formado e qualificado será capaz de modificar sua práxis profissional;

Formação continuada para professores e demais trabalhadores da educação que queiram se dedicar a educação especial/inclusiva.

SARTORETTO (2011) afirma que

agora, porém, são os alunos com deficiência que frequentam as escolas comuns que estão impondo a nós, professores, uma reflexão mais séria acerca de nossa concepção de escola e de nossas práticas pedagógicas. E já existem, no país todo, tanto em escolas comuns quanto em escolas especiais, inúmeras experiências bem-sucedidas de pessoas e entidades, que, com responsabilidade, sem alarde e com fundamentação científica sólida, estão abrindo o caminho da educação inclusiva e eliminando as velhas e bolorentas práticas excludentes da pedagogia tradicional. (p.79).

Conclusão

Portanto, a busca pela efetivação da Educação Especial, ainda é um caminho extenso, que a cada dia vai sendo trilhado, com a força e a esperança, de que um dia existirá uma educação de qualidade e humanizadora. Segundo SARTORETTO (2011) “há muitas escolas regulares que abriram suas portas para alunos com deficiências e tentam, seriamente, fazer uma escola de qualidade, com respeito a todos os alunos, deficientes ou não. E há também muitas escolas especiais que optaram por atender seus alunos no turno oposto ao que frequentam a escola comum, com resultados altamente positivos” (p.79).

Não podemos continuar deixando a Educação Especial às margens da sociedade, da escola, da vida das pessoas, tendo em vista que esses alunos que fazem parte da educação especial devem ver na escola e nos profissionais desses estabelecimentos de ensino, a possibilidade de continuar suas vidas, acreditando na capacidade humana e social do indivíduo.

Referências

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial – MEC 2008.

Diretrizes Nacionais para Educação Especial na educação Básica – MEC 2001.

JANNUZZI, Gilberta Martino, A Educação do Deficiente no Brasil, dos primórdios ao início do século XXI, Campina – SP, Autores associados – 2014.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil e Políticas, São Paulo, Cortez, 1996.

MACHADO, Rosângela. Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas. São Paulo: Cortez, 2009

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

SARTORETTO, Maria Lúcia. Inclusão: da concepção à ação. In. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.